



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Movimentos Sociais e Participação Social

**Extensão Universitária: assessoria a COPACON para
implantação da agroindústria do milho.**

Luis Artur Bernades da Rosa¹
Eliezer Ferreira Camargo²
Marcílio Ronaldo Garcia³
Kouassi Isaac Hayaka⁴

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar a experiência em andamento de assessoria da INTES/UDEL à COPACON, no que tange a implantação da agroindústria do milho crioulo caiano. A incubadora no processo de assessoria faz uso de uma metodologia que é composta pela pré-incubagem, incubagem e desincubagem. No entanto, como método, vale-se da pesquisa-ação, que possui objetivo prático e de conhecimento. Assim, Espera-se que o projeto contribua com a melhora nos processos produtivos na cadeia agroindustrial com a identificação de novos mercados para os produtos beneficiados, na gestão do empreendimento e com a adesão de agricultores familiares interessados em ingressar na cooperativa.

Palavras-chave: Economia Solidária; Trabalho Associado; Incubadora; Pesquisa-ação.

Abstract: The present work intends to present the ongoing experience of advising of INTES/UDEL to COPACON, regarding the implantation of the agribusiness of crioulo corn. The incubator in the advisory process makes use of a methodology that is composed by pre-incubation, incubation and disinfection. However, as a method, it relies on action research, which has a practical and knowledge objective. Thus, it is expected that the project will contribute to the improvement of production processes in the agroindustrial chain with the identification of new markets for the products benefited, in the management of the enterprise and with the adherence of family farmers interested in joining the cooperative.

Keywords: Solidarity economy; Associated Work; Incubator; Action research.

¹ Professor do curso de Administração da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: luisartur@uel.br.

² Bacharel em ciências econômicas. Estudante de Mestrado em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: eliezerfcamargo@gmail.com.

³ Assistente Social do CRAS Rural da Prefeitura Municipal de Londrina. Bacharel em Serviço Social e Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: marcilio_garcia@hotmail.com.

⁴ Graduando do curso de ciências econômicas da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: isaachayaka@gmail.com.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

INTRODUÇÃO

O trabalho associado ganhou destaque no cenário brasileiro sob a expressão do que se convencionou chamar Economia Solidária, principalmente em decorrência da intervenção do governo federal na temática, com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). A isso também deve se somar as ações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), expressão do que se tornou um movimento social por outra economia. Historicamente, essas iniciativas acompanham o capitalismo como expressão das lutas e resistências dos trabalhadores. Constatam-se assim que trabalhadores do campo e da cidade têm realizado experiências de Economia Solidária, seja por iniciativa de coletivos de trabalhadores, de movimentos sociais ou ainda de políticas públicas, portanto, evidencia-se a relevância dessa forma de organizar o trabalho.

O presente trabalho pretende apresentar a experiência em andamento de assessoria da INTES/UEL (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Londrina) a COPACON (Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista), no que tange a implantação da agroindústria do milho crioulo caiano. Vale frisar, que é um projeto⁵ que conta com o financiamento do Programa Universidade sem Fronteiras da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do governo do Estado do Paraná.

A incubadora no processo de assessoria faz uso de uma metodologia que é composta por diferentes momentos, que se relacionam no desenvolvimento do trabalho, sendo eles: a pré-incubagem, incubagem e desincubagem. São concebidas assim, respectivamente, por definir os momentos de aproximação do grupo que pretende organizar-se com base no trabalho associado, de definição e realização de atividades de formação e estudos de mercado e de término do trabalho da incubadora, com o grupo de trabalho associado tendo condições de sustentar-se de forma independente. Nesse sentido, a pesquisa-ação é considerada como um método, isto é, uma estratégia, que agrega vários métodos e técnicas que conta com a participação direta do grupo assessorado, na definição e realização de atividades. Sempre com objetivo prático e de conhecimento, ou seja, ao

⁵ O projeto de extensão é coordenado pelo docente Dr. Luis Artur Bernardes da Rosa e intitulado "Assessoria à Cooperativa de Produção e Comercialização Conquista para implantação de agroindústria de milho crioulo", sendo vinculado ao programa de extensão denominado Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários, da Universidade Estadual de Londrina.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

mesmo tempo que busca solução para um problema existente, também busca obter informações e aumentar o conhecimento dessas situações (THIOLLENT, 1986).

Desta forma, o trabalho encontra-se organizado em duas seções. Na primeira, abordamos antecedentes históricos, no que se refere à Economia Solidária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a agricultura familiar. Em seguida, na segunda seção, tratamos sobre a concepção e formulação da proposta de assessoria. Por fim, tecemos nossas considerações finais, que de fato, ainda são incompletas, pois a assessoria encontra-se em desenvolvimento.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

De acordo com Singer (2003) as origens históricas da Economia Solidária remontam ao capitalismo industrial, “[...] como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e a organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p. 2). Ela ressurgiu no Brasil na década de 1980, de forma espalhada, mas é na metade dos anos 1990 que se impulsiona, sendo fruto de “[...] movimentos sociais que reagem a crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990” (SINGER, 2003, p.25).

Entre as diversas experiências de Economia Solidária que permeiam o Brasil, isto é, do cooperativismo realizado por trabalhadores urbanos e rurais, que formam e gerem empreendimentos formais e informais, destacam-se as iniciativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isso porque depois da luta pelo acesso à terra, pela reforma agrária, a luta toma outra dimensão, ou seja, a de viabilizar economicamente os seus assentamentos, sendo que as cooperativas tem se mostrado uma alternativa viável.

Para compreender a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, é necessário entender a estrutura fundiária brasileira com ênfase na orientação ao modelo de produção agrícola voltado ao mercado externo adotado nos anos da ditadura militar (1964-1985) como política desenvolvimentista para a agricultura nacional. Grissa e Scheinder (2014, p. 129) creditam às elites fundiárias, acadêmicos ligados à economia empresarial com colaboração do governo e militares que tomaram o poder após o golpe militar de 1964, a formulação modelo agrícola do período.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A agricultura brasileira, ao adotar o pacote tecnológico da "Revolução Verde", voltou a ter protagonismo e relevâncias nos âmbitos políticos e econômicos. A primeira pelas ações e consolidação da chamada "bancada ruralista" no direcionamento de políticas agrícolas e, a segunda, no protagonismo que o setor agropecuário tem na formação do produto interno do país. Estas ações do Estado com apoio de empresas e institutos multinacionais contribuíram para o desenvolvimento do modelo agrícola de intensificação de capital e extensivo territorial. A primeira contribuiu em orientar as políticas de subsídios e créditos agrícolas, criação de institutos de pesquisas, fomento à pesquisa universitária e na assessoria técnica e extensão rural, e a segunda, com relação ao desenvolvimento e venda de máquinas, equipamentos e insumos químicos, tais como fertilizantes e agrotóxicos. De acordo com Grisa e Schneider (2014, p. 129), este modelo beneficiou os médios e grandes agricultores das regiões sul e sudeste que praticavam a agricultura extensiva territorial e intensiva de insumos e que conciliava suas produções com a pauta exportadora de interesse nacional ou de grupos agroindustriais, tais como as culturas do café, soja, trigo, cana-de-açúcar, laranja e algodão.

Assim, o governo brasileiro, ao alinhar sua estratégia desenvolvimentista através de políticas exclusivas voltada para o agronegócio de escala, marginalizou e reprimiu os movimentos sociais e instituições ligadas aos pequenos agricultores na participação de espaços de formulações de políticas públicas.

A mudança de posicionamento do Estado com relação à esta classe trabalhadora mudou a partir do momento em que as reivindicações pela "reforma agrária e a demanda por políticas diferenciadas e por legislação trabalhista e críticas ao regime ditatorial tornaram-se constantes nas reivindicações dos representantes da agricultura familiar" (GRISSA; SCHEIDER, 2014 p. 129). De acordo com Santos (2011, p. 79 apud GRISSA; SCHNEIDER, 2014 p. 130), a reabertura democrática contribuiu para a rearticulação e de organizações de novos movimentos sociais.

A questão agrária brasileira, segundo Guanziroli et al. (2001, apud BERNARDES DA ROSA; GUIMARÃES, 2011, p. 810) é uma maneira de fortalecer a agricultura familiar. Para os autores, "a agricultura familiar e a reforma agrária caminham juntos, dando capacidade ao meio rural e à agricultura de ampliar suas contribuições ao desenvolvimento nacional" (BERNARDES DA ROSA; GUIMARÃES, 2011, p. 810). Dentre os movimentos sociais que emergiram e se destacaram pelo debate da luta, posse e uso da terra nos anos 1980 e 1990 foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Em 1984, com a contribuição da Comissão Pastoral da Terra na organização, aconteceu o I Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel-PR. Esse encontro "possibilitou a articulação de lutas isoladas pelo direito a terra em diversos estados pelo país e foi neste encontro que se criou, oficialmente, o MST" (CONSTANTE, 2017 p. 53). Deste encontro saíram três objetivos: "lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país" (MST, 2014).

O perfil do agricultor pertencente ao movimento é diversificado. São agricultores oriundos da própria atividade, mas que perderam a propriedade por dívidas, posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores e trabalhadores que migraram no meio urbano para os acampamentos rurais por não terem perspectiva de emprego ou de melhor remuneração.

A consolidação organizacional do MST e o seu projeto de luta com o lema "Sem reforma agrária não há democracia" (MST 2014) contribuiu para o processo de reflexão, atuação e articulação para um modelo de reforma agrária. Carter e Yamagami (2010, p. 38-39) enfatizam a importância do movimento apresentando alguns dados pertinentes sobre o seu desenvolvimento.

Desde a sua origem, o Movimento tem desenvolvido uma sofisticada organização popular, com presença em quase todo o território nacional, com um número estimado de 1,14 milhão de membros, mais de 2.000 assentamentos agrícolas, uma rede de 1.800 escolas primárias e secundárias, uma escola nacional de nível superior, vários meios de comunicação, 161 cooperativas rurais e 140 agroindústrias. Entre 1985 e 2006, o MST pressionou o governo brasileiro a distribuir mais de 3,7 milhões de hectares entre seus membros, uma área quase do tamanho da Suíça.¹⁸ Após meados da década de 1990, o Movimento ganhou fama nacional como um dos principais críticos das políticas neoliberais e constituiu-se em uma vigorosa voz em defesa dos setores mais despossuídos do Brasil. Com seu constante ativismo e frequentes cursos de formação, o Movimento tem sido uma fonte de inspiração para muitas outras organizações de base no Brasil e na América Latina. Uma variedade de associações populares, incluindo muitos sindicatos de trabalhadores rurais da CONTAG, assimilaram as táticas do MST e encorajaram-se a partir das suas ações (CARTER; YAMAGAMI, 2010 p. 38-39).

De acordo com Luzzi (2007, p.106, apud CONSTANTE, 2017 p. 57), após a superação da posse da terra, a próxima luta do MST é buscar soluções para garantir a estabilidade socioeconômica para as famílias assentadas. Dentre os problemas no setor produtivo dos assentamentos, o autor aponta a baixa qualidade do solo e a falta de recursos financeiros para o investimento na produção e, quando estes problemas eram sanados, o agricultor assentado deparava-se com problemas de escoar seus produtos para o mercado consumidor. O autor aponta os problemas sociais enfrentados nos assentamentos de reforma agrária, como a falta de atendimento à saúde e de acesso à educação de acordo



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

com a necessidade dos assentamentos. Assim, Constante (2017) afirma que apenas a posse da terra não representa o sucesso do modelo da reforma agrária, tão pouco a sua viabilidade nas esferas sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Com o objetivo de incentivar a organização coletiva nos assentamentos, o MST, além de investir em sua organização interna e estrutura administrativa nacional, estimulou também através de seus cadernos de formação a criação de organizações coletivas locais. Compreendendo a importância da viabilidade produtiva e socioeconômica, o MST (1986 apud CONSTANTE, 2017 p. 57) orientou a organização coletiva como forma de superar as dificuldades produtivas e comerciais enfrentada pelos agricultores assentados. Dentre as formações teóricas e práticas, o movimento incentivou a formação de associações e cooperativas de produção e de comercialização. Porém, em seus cadernos de formação, o MST expressa que o processo decisório da melhor forma de organização coletiva seria de responsabilidade dos agricultores locais (CONSTANTE, 2007 p. 57).

O governo federal ao lançar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, direcionou linhas de crédito para agricultores familiares. Esta política pública foi um marco para o reconhecimento das especificidades desta categoria social e a promoção de seu desenvolvimento como aponta Schneider, Cazella e Mattei (2004, apud WESZ JUNIOR, 2010 p. 568).

Com a necessidade de expandir as linhas do PRONAF, dentre outras linhas de crédito criada no Plano Safra de 1997, foi criada a linha chamado "Agregar", que financia a agroindústria familiar e o turismo rural, como destaca Bianchini (2015, p. 30).

O autor destaca também o aumento do benefício de crédito para a agricultura familiar no Plano Safra 2003-2004 que, além de expandir as linhas de crédito do PRONAF com a criação do PRONAF Alimento, PRONAF Fome Zero, PROGER Família Rural, simplificou o acesso ao crédito rural com a adoção de declarações via internet, ampliou a área produtiva a ser enquadrada como agricultura familiar, apoiou o fomento ao cooperativismo de crédito rural e consolidou a linha de crédito destinada à implantação, adequação e reestruturação de projetos de agroindústria familiar, turismo e lazer rural e de produtos artesanatos com o lançamento do Plano Nacional de Agroindústria Familiar (BIANCHINI, 2015 p.49).

O programa de promoção de projetos agroindustriais nos assentamentos da reforma agrária, o "Terra Forte", lançado em 2013, contribui para a consolidação de uma cadeia agroindustrial com a possibilidade do acesso destes produtos beneficiados nos



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

mercados institucionais, a saber: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A implantação de uma agroindústria no beneficiamento dos itens da produção agrícola familiar local se mostra imprescindível para a viabilidade produtiva das pequenas propriedades e para o desenvolvimento rural local (RAUPP, 2009 p. 6). O autor mostra o duplo caráter que a implantação de um sistema agroindustrial apresenta, a primeira de ordem econômica como o desenvolvimento produtivo e geração de emprego e renda e o segundo de caráter "social/ambiental/humana" de inclusão produtiva das famílias locais (RAUPP, 2009 p. 6).

Diante do exposto, evidencia-se a relevância dessa forma de organizar o trabalho, principalmente em âmbito rural. As iniciativas de Economia Solidária que se vinculam a agricultura familiar e em assentamentos de reforma agrária configuram-se como uma estratégia de geração de trabalho e renda, que auxilia no escoamento produtivo, por conseguinte, na permanência desses trabalhadores no campo.

A CONCEPÇÃO E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

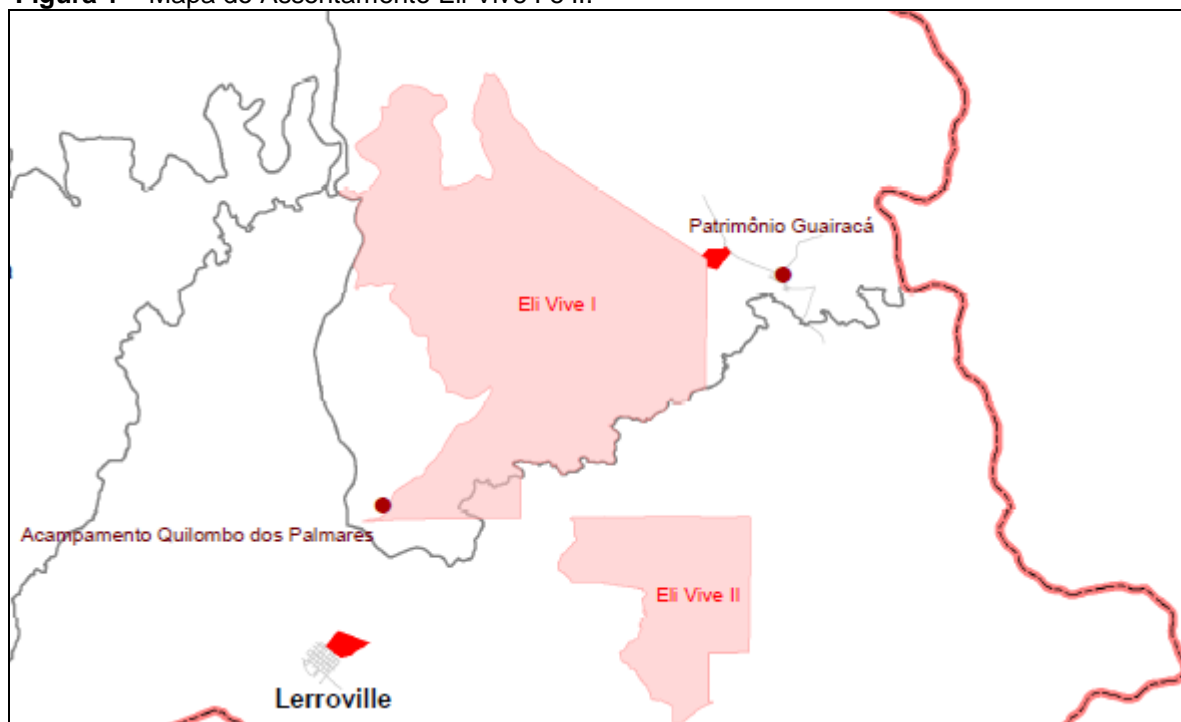
Os assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II estão localizados no distrito rural de Lerroville, a 61 Km de Londrina (sede do Município) e 336 Km de Curitiba. Os assentamentos abrangem 7,3 mil hectares das antigas fazendas Guairacá e Pininga. O assentamento Eli Vive I abrange uma área de 5.822,26 ha. Há 399 lotes registrados, sendo que o maior e o menor lote são de 16,49 ha e de 7,78 ha, respectivamente (MDA, 2012). O assentamento Eli Vive II compreende uma área de 1.495,53 ha. São 110 lotes registrados sendo que o maior lote e o menor lote são de 15,06 ha e de 8,01 ha, respectivamente (MDA, 2013). Estão assentadas mais de 500 famílias nos dois assentamentos.

O assentamento é resultado do processo de ocupação e de resistência de agricultores ligados ao MST oriundos das regiões de Cascavel, Ortigueira e Rio Branco do Ivaí, que estavam desde 24 de fevereiro de 2009 acampadas nas áreas atestadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como improdutivas (BORGES, 2009). Os processos de compra das antigas fazendas, o loteamento e a entrega dos lotes feitos pelo INCRA para as famílias beneficiadas foram concluídos em 27 de setembro de 2013 (JUNIOR e BUZALAF, 2014).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Figura 1 – Mapa do Assentamento Eli Vive I e II.



Fonte: IPPUL (2019).

Embora a divisão dos lotes dos assentamentos Eli Vive I e II tenha acontecido em 2013 e a ocupação da terra seja de 2009, os trabalhadores rurais tem conquistado tudo pelo trabalho coletivo, diante da escassez de políticas públicas que atendam as necessidades da população. “Conseguimos a terra, mas só a terra não é suficiente. Tem a educação, a saúde, a alimentação. É muita coisa”, coloca uma trabalhadora assentada (SARIS, 2018, p.08). Para ilustrar, em 2014 foi assinado um convênio entre a Prefeitura de Londrina e o INCRA, para a implementação da construção de 100 km de estradas internas, garantindo ao município um orçamento de R\$3,3 milhões para a licitação e execução do projeto (PREFEITURA DE LONDRINA, 2018a), mas até o momento a obra não foi realizada. As duas escolas municipais e o colégio estadual do assentamento funcionam em barracões de madeira construídos pelos próprios assentados (SARIS, 2018, p.08). Em julho de 2017 o governo do Estado apoiou a associação com a entrega de um veículo Chevrolet Montana e duas máquinas de embalagem a vácuo para alimentos (PREFEITURA DE LONDRINA, 2018b). Infelizmente, informações recentes colocam que o convênio para construção das



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

rurais teve fim, sem a construção delas tenha acontecido, isso devido a divergência de valores do projeto efetuado para as estradas e o convênio.

O assentamento está organizado em 10 (dez) brigadas, com média de 50 famílias/lote em cada. Vale frisar, que existem situações que mais de uma família reside no lote, isto é, a família titular no lote com mais uma família agregada, que pode ser amiga ou familiar. Elas representam a organização política do assentamento que se expressa na "Associação dos Camponeses e Camponesas dos Assentamentos Eli Vive I e II". Economicamente o assentamento possui algumas alternativas de linhas de produção e acesso aos mercados, que podemos denominar como: a agroindústria do leite; compras institucionais; comércio local; e, milho crioulo "caiano".

A produção de leite do assentamento compõe uma cadeia produtiva que se vincula a COPRAN (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa) com sede no município de Arapongas-PR, que escoia sua produção agroindustrial principalmente para instituições governamentais integradas ao PAA (Programa de Aquisição de Alimento) e ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Outro importante canal de comercialização é o mercado local, onde a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON), com sede no assentamento, comercializa a produção de batata doce, olerícolas e grãos dos cooperados.

No dia 18 de outubro de 2017, a equipe proponente deste projeto visitou a COPACON e reuniu-se com os diretores da cooperativa e da Associação Comunitária dos Camponeses do Assentamento Eli Vive I e II que apresentaram como principal demanda dos agricultores a implantação de agroindústria para processamento do milho crioulo "caiano", que atualmente é comercializado como grão, e principalmente como semente para outros agricultores. A expansão e o potencial de crescimento da produção do milho crioulo no assentamento evidencia a necessidade de seu beneficiamento, para produção de derivados do milho, tais como a farinha de milho biju, fubá e de subprodutos para produção de ração animal.

A sede da COPACON atualmente está instalada no Centro Comunitário do Assentamento Eli Vive I, localizado nas coordenadas Latitude 23° 35' 29,354 S e Longitude 51° 1' 45,852 O. Inscrita sob o CNPJ nº 73. 73 368 086/0001-83, a COPACON foi fundada em 16/09/1993, por agricultores familiares assentados da reforma agrária no município de Querência do Norte/PR, com objetivo de desenvolvimento da produção agropecuária. Funcionou naquela localidade até o mês de julho de 2017, quando sua sede foi transferida



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

para o Assentamento Eli Vive I. Esta mudança ocorreu devido às demandas de novos sócios e a realização de projetos nos Assentamento Eli Vive I e II.

A COPACON atualmente está expandindo o número de cooperados. Segundo a última assembleia geral realizada no dia 29 de março de 2019, a expectativa é de 260 sócios. Todos agricultores familiares das regiões rurais de Londrina, Faxinal, Reserva, Ortigueira e Arapongas.

A proposta de assessoria a COPACON está direcionada a gestão da cooperativa para implementação da agroindústria. Simultaneamente, este projeto proporcionará a formação de discentes da graduação e pós-graduação para assessoria e apoio de iniciativas econômicas populares e no entendimento do processo de beneficiamento do milho.

A metodologia de assessoria proposta pela equipe de trabalho para a COPACON é composta por três etapas: a pré-incubagem⁶, incubagem⁷ e desincubagem⁸. Estes momentos são concebidos de forma interligada. Deste modo, a pesquisa vale-se do método da pesquisa-ação, uma pesquisa, que é concebida como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1986, p.14).

Portanto, incubadora e cooperativa na relação de assessoria buscam enfrentar um problema, que no caso é a implementação da agroindústria do milho "caiano", bem como a busca pelo escoamento da sua produção através da análise de mercado com ênfase no mercado institucional. Assim, evidencia-se o desafio, realizar um trabalho capaz de articular a viabilidade econômica com a formação teórica, ou seja, a cooperativa precisa ser viável economicamente, com uma gestão democrática, para que seus resultados estejam ligados à esfera econômica e de participação dos cooperados.

Dentre outras atividades que compreende a incubagem da cooperativa, a equipe técnica junto com os cooperados da COPACON construiu uma pesquisa para levantar dos principais custos da implantação da agroindústria e o preço final do milho processado. Para

⁶ Consiste nos primeiros contatos estabelecidos com o grupo que pretende se organizar ou se aperfeiçoar de algum modo (CORDEIRO et al., 2010, p. 112-114).

⁷ Em conjunto com o grupo assessorado são identificadas e realizadas as atividades de práticas nas áreas de gestão, produção e comercialização (CORDEIRO et al., 2010, p. 112-114).

⁸ Refere-se às condições do empreendimento se sustentar, tanto do ponto de vista econômico quanto na organização coletiva (CORDEIRO et al., 2010, p. 112-114).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

isto, a equipe do projeto utilizou-se de três visitas técnicas para extrair as informações necessárias para o levantamento e de um projeto da COPACON de implantação da agroindústria no local. Este projeto técnico foi submetido pela direção da COPACON em colaboração com a EMATER para concorrer ao Edital 001/2017 "Programa de geração de renda e desenvolvimento local - Mais renda no campo" da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB). O projeto técnico tem como objetivo captar recursos para a implantação do sistema agroindustrial no local.

Também estão previstos momentos formativos, isto é, com encontros para formação sobre Economia Solidária e Cooperativismo, Educação financeira e Planejamento da produção para cooperativa, que serão realizadas no formato de oficinas como um curso de extensão. Também serão realizadas oficinas e/ou dias de campo para a formação para o manejo agroecológico, bem como sensibilizações para certificação orgânica da produção. Este último será viabilizado por meio da parceria realizada com o Programa Paraná Mais Orgânico⁹ da UEL, que nos casos de agricultores familiares interessados poderá realizar orientações e acompanhamentos para a integração ao grupo da Rede Ecovida¹⁰ que está sendo estabelecido na região.

Entendemos que essas formações realizadas tendo como pressuposto a Educação Popular são imprescindíveis para o desenvolvimento de tecnologias sociais, isto é, "produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social" (RTS, 2011).

Deste modo, pretende-se ao mesmo tempo em que se apoia o desenvolvimento da COPACON, proporcionar conhecimento acerca da temática, com a produção de conhecimentos e sistematização da experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado no decorrer do trabalho, o projeto encontra-se em andamento, portanto, ainda é difícil realizar uma avaliação do mesmo. No entanto, o trabalho

⁹ Programa Paraná Mais Orgânico está presente nas principais universidades estaduais como um programa de extensão universitária que tem como objetivo assessorar tecnicamente o agricultor familiar para a produção orgânica e estimular a adoção de tecnologias sociais adequados à produção orgânica e à realidade da agricultura familiar.

¹⁰ Na região de Londrina, o Núcleo Peroba Rosa da Rede Ecovida de Agroecologia é formado por 7 grupos, sendo que no assentamento Eli Vive II há um grupo composto por 12 famílias.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

desenvolvido permite apontar alguns indícios. Os estudos realizados até o momento sobre o processo de implantação e consolidação de uma cadeia agroindustrial no local e sobre o mercado consumidor, permitem verificar a viabilidade socioeconômica do projeto agroindustrial. O estudo apontou que o beneficiamento do milho no local, gerará ganhos financeiros para a cooperativa, geração de trabalho e renda para os jovens assentados e ganhos financeiros para os cooperados na distribuição de sobras, de acordo com as deliberações coletivas nas assembléias gerais. Estes fatores possibilitam a circulação da moeda, comércio e produção dentro do assentamento, contribuindo para o desenvolvimento econômico no local.

Espera-se que o projeto contribua com a melhora nos processos produtivos na cadeia agroindustrial da COPACON, desde a intervenção direta no sistema agroindustrial na exposição aos cooperados de novos mercados para os produtos beneficiados e na gestão do empreendimento e indiretamente, com a adesão de agricultores familiares interessados em ingressar na cooperativa.

REFERÊNCIAS

BERNARDES DA ROSA, L. A.; GUIMARÃES, M. F. Diagnóstico socioeconômico em assentamentos rurais no município de Tamarana-PR. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 32, n. 3, p. 809-828, 2011.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BORGES, F. Áreas invadidas no Paraná estão em processos de compra. **Folha de Londrina**, 2009. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/geral/areas-invadidas-%20no-parana-%20estao-em-%20processo-de-%20compra-673713.html>>. Acesso em: 14 out. 17.

CARTER, M.; YAMAGAMI, C. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010.

CORDEIRO, S. M. A. et al. **Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – INTES/UEL: história e desafios**. In: Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional. (Org.) BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. Londrina: UEL, 2010

GRISSA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista Economia e Sociologia**



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Rural, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. s125- s146, 2014.

JUNIOR, M. A. B.; BUZALAF, M. N. **Eli Vive: a vida em um assentamento. Prêmio EXPOCOM.** Rio de Janeiro: Intercom. 2014

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Assentamento Eli Vive I.** Curitiba: INCRA, 2012. 1 mapa. Escala 1:12000.

_____. **Projeto de Assentamento Eli Vive II.** Curitiba: INCRA, 2013. 1 mapa. Escala 1:12000.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **O MST: Nossa história (1984-1986).** 2014. Disponível em:< <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>> Acesso em: 3 mar. 2019.

PREFEITURA DE LONDRINA. **Prefeitura assina convênio para construção de estrada no assentamento “Eli Vive”.** 2018a. Disponível em:<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21095:prefeitura-assina-convenio-para-construcao-de-estrada-no-assentamento-elivive&catid=98:outros&Itemid=985>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. **Assentamentos Eli Vive I e II recebem novos equipamentos.** 2018b. Disponível em:<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26916:assentamentos-eli-vive-i-e-ii-recebem-novos-equipamentos&catid=108:destaques>. Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. **Organização territorial do meio rural.** Londrina: IPPUL, 2019. 1 mapa. Disponível em:<http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/R/ELATORIOS/ETAPA_2-CADERNO_DE_ANEXOS/3.1Organizacao_territorial_do_es_paco_rural.pdf> Acesso em: 7 abr. 2019

RAUPP, A. K. . A orientação das políticas públicas de apoio às agroindústrias da agricultura familiar - experiências do RS em destaque. In: 47º CONGRESSO DA SOBER, 2009, Porto Alegre. **47 Congresso da Sober**, 2009.

RTS. **Rede de Tecnologia Social.** Disponível em <http://www.rts.org.br/noticias/destaque-4/noticias-gerais/banco-de-tecnologiassociais> Acesso em: 01 abr. 2019.

SARIS, S. Estudo quer dar visibilidade a mulheres e jovens do campo. **Folha de Londrina**, 17 e 18 de fevereiro de 2018. Folha especial, p.08.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: Singer, P.; Souza, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

WESZ JUNIOR, V. J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 4, p. 567-596, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.